



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradoria do Legislativo



PARECER Nº 154/2023

Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 006-E-2023

De autoria do Executivo Municipal, a anexa Proposta de Emenda à Lei Orgânica ***Altera os artigos 97 e 98, revoga o artigo 99 da Lei Orgânica do Município de Conselheiro Lafaiete.***

A proposta de Emenda à Lei Orgânica encontra-se devidamente acompanhada de justificativa, fls. 03, e vem instruída com documentos de fls. 04 a 05.

É o relatório.

PARECER

A constitucionalidade de uma proposição legislativa deve ser avaliada à luz de dois aspectos essenciais: (i) o aspecto formal, que envolve o respeito às normas do processo legislativo, sobretudo, regras acerca da competência e da iniciativa para elaboração de leis; (ii) e o aspecto material, que refere-se à compatibilidade do conteúdo da proposta de lei com o texto constitucional.

A Proposta de Emenda à Lei Orgânica ora em análise, oriunda de projeto de iniciativa do Poder Executivo, objetiva alterar os artigos 97 e 98 e revogar o artigo 99 da Lei Orgânica Municipal, para fins de alterar o regramento acerca dos Conselhos Municipais.

Preliminarmente, cabe destacar que a Proposta de Emenda à Lei Orgânica que ora se analisa, observou o preceito Regimental insculpido no inciso II do § 1º do artigo 202 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que determina que a Lei Orgânica pode ser emendada mediante proposta do Prefeito.

Cumprido destacar também que a Lei Orgânica Municipal é a norma que organiza os órgãos da Administração Municipal, a relação entre os

(Handwritten signature)



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradoria do Legislativo



órgãos do Executivo e Legislativo, disciplina a competência legislativa do Município, observando as peculiaridades locais, como também sua competência comum e suplementar relativamente aos demais entes da Federação.

Nesse diapasão, vale conferir a lição de Pedro Lenza¹ a respeito:

"(...) a capacidade de auto-organização municipal está delimitada no art. 29, caput, da Constituição Federal, sendo que seu exercício caberá à Câmara Municipal, conforme o parágrafo único do art. 11 do ADCT, que estabelece: "Parágrafo único - Promulgada a Constituição do Estado, caberá à Câmara Municipal, no prazo de seis meses, votar a Lei Orgânica respectiva, em dois turnos de discussão e votação, respeitado o disposto na Constituição Federal e na Constituição Estadual."

Conforme se vê, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica ora em análise pretende alterar a Seção IV do Capítulo II, para fins de substituir o texto que trata do Conselho do Município para a regulamentação, no âmbito da Lei Orgânica, dos Conselhos Municipais.

2

Os conselhos municipais são instrumentos de democratização da gestão pública e, por tal motivo, além da necessária observância ao Princípio da Legalidade Administrativa, os Princípios da Representatividade e da Legitimidade devem informar a sua composição.

Assim, ao exigirem uma formação com a participação de representantes dos vários segmentos sociais, tornam-se eficazes mecanismos de controle, planejamento, implementação e fiscalização das políticas públicas. Devido à efetividade de suas ações, e por integrar o próprio texto constitucional, atualmente, eles assumem uma importância crescente como núcleos de participação da população, principalmente de setores excluídos, que dessa forma

¹ LENZA, Pedro, Direito constitucional esquematizado, 13. ed. rev., atual. e ampl., São Paulo, Saraiva, 2009.



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradoria do Legislativo



buscam influenciar as decisões governamentais em nível federal, estadual e municipal.

Diante de todo o exposto, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica ora em análise se afigura revestida das condições de legalidade e constitucionalidade, devendo receber emendas de técnica legislativa.

CONCLUSÃO

Deve ser ouvida unicamente a Comissão de Legislação e Justiça, nos termos do disposto no artigo 204 do Regimento Interno.

QUORUM


Maioria qualificada dos Vereadores (art. 139, II, "e", do Regimento Interno).

TURNOS DE VOTAÇÃO

O Projeto deverá ser submetido a dois turnos de discussão e votação (art. 206, § 6º, do Regimento Interno).

S.m.j., é o Parecer, sob censura.

CONSELHEIRO LAFAIETE, 15 DE AGOSTO DE 2023.


GILCINEIA DA CONSOLAÇÃO TELES
- Procuradora do Legislativo -
- OAB/MG 81.681 -

/GCT/



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradoria do Legislativo



SUGESTÃO DE EMENDAS À PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 006-E-2023

Emenda nº 01 à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 006-E-2023

O artigo 1º da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 006-E-2023 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - O art. 97 da Lei Orgânica do Município de Conselheiro Lafaiete passa a vigor com a seguinte redação:

"Seção IV

Dos Conselhos Municipais

Art. 97 - Os Conselhos Municipais são órgãos de consulta do Prefeito, sem vínculo remunerativo, com representação paritária com membros do Poder Executivo e sociedade civil organizada, tendo seus mandatos fixados em sua Lei de criação, limitada a recondução a uma única vez.

§1º - Cada membro de Conselho Municipal terá um suplente.

§2º - O Presidente do Conselho Municipal, em suas ausências e impedimentos, será substituído por um membro efetivo."

Emenda nº 02 à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 006-E-2023

O artigo 2º da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 006-E-2023 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2º - O art. 98 da Lei Orgânica do Município de Conselheiro Lafaiete passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 98 - Compete aos Conselhos Municipais pronunciar-se sobre as questões atinentes a matéria de sua respectiva área, sendo de caráter consultivo ou deliberativo conforme dispuser a Lei de sua criação."

Emenda nº 03 à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 006-E-2023

O artigo 4º da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 006-E-2023 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 4º - Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação."

CONSELHEIRO LAFAIETE, 15 DE AGOSTO DE 2023.


GILCINEIA DA CONSOLAÇÃO TÉLES

- Procuradora do Legislativo -

- OAB/MG 81.681 -

/GCT/



Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

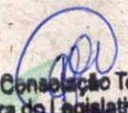
ESTADO DE MINAS GERAIS

Comunicado nº 257/2023

Comunicamos aos membros da Comissão de Legislação e Justiça, Vereadores Vereadores João Paulo Fernandes Resende, Pedro Américo de Almeida e Eustáquio Cândido da Silva, que a Proposta de Emenda à Lei Orgânica abaixo relacionada já se encontra à disposição da Comissão para parecer, e que o prazo regimental para o mesmo é de 10 (dez) dias, conforme dispõe o § 4º do art. 106 c/c art. 342 do Regimento Interno.

Comunicamos também que a Proposta relacionada já foi previamente analisada pela Procuradoria do Legislativo.

Nº	Assunto	Autor
Proposta de Emenda à Lei Orgânica 006-E-2023	Altera os artigos 97 e 98, revoga o artigo 99 da Lei Orgânica do Município de Conselheiro Lafaiete.	Executivo


Gilcinéia da Consolação Teles
Procuradora do Legislativo
OAB/MG 81.881